

NOVAS ABORDAGENS HISTÓRIOGRÁFICA: PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO SERTÃO GOIANO (1946-1989)

Alleks Endriw Pereira MACEDO¹

Ireni Soares da MOTA²

RESUMO. A finalidade deste estudo é demonstrar as novas perspectivas de se escrever e analisar um objeto histórico, dando ênfase nas mudanças ocorridas na historiografia, que possibilitaram o surgimento de novas abordagens históricas, abrindo caminho para o surgimento dos estudos das sociedades mais abastadas, como a população rural goiana, em especificamente em a de Itaguari que viu seu mundo sofrer transformações ao longo dos anos. Assim, configura a relação memória e História oral, bem como a contribuição desta para a preservação da História das comunidades sociais urbanas.

Palavras-chave: Historiografia. Sociedades. Sertão goiano

ABSTRACT. The purpose of this study is to demonstrate the new perspectives of writing and analyzing a historical object, emphasizing the changes that took place in historiography, which enabled the emergence of new historical approaches, opening the way to the emergence of studies of the wealthiest societies, such as the population rural in Goiania, specifically in that of Itaguari that has seen its world undergoing transformations over the years. Thus, it configures the memory and oral history relationship, as well as its contribution to the preservation of the history of urban social communities.

Keywords: Historiography. Societies. Memory. Oral history.

INTRODUÇÃO

Este trabalho fundamenta-se sobre as mudanças na ciência Histórica, que possibilitaram o surgimento de uma gama de novas abordagens de pesquisas e métodos, sobre estudos da história. Abrindo caminho para pesquisas das classes subalternas e dos menosprezados, que foram por muito tempo esquecidos ou deixado de lado pela historiografia

¹ Graduado em Licenciatura Plena em História pela UEG. E-mail: alleks.macedo@hotmail.com

² Mestra em História pela PUC-GO. Graduada em História pela UEG. Email: ireniprof@hotmail.com

tradicional positivista, estes novos paradigmas, tornaram possível estudos sobre a formação de pensamento de ocupação do território goiano.

A metodologia utilizada é a revisão da literatura historiográfica, onde se pretende apresentar uma breve retrospectiva histórica das mudanças e novas abordagens surgidas na história e na historiografia, com o passar dos anos. Mudanças estas que possibilitaram a organização deste artigo, que vem como intuito de analisar e interpretar o contexto histórico do processo de ocupação e formação do centro urbano do município de Itaguari-Go. Pesquisando a partir das memórias e das tradições do município. Tentando compreender a partir dos estudos feitos sobre o tema, como se deu a ocupação do território e formação do centro urbano. O recorte temporal estabelecido corresponde aos anos 1946 a 1989, período que se tem início a idealização e a movimento de fundação do vilarejo, até a sua emancipação como município.

O município de Itaguari insere-se na microrregião do Uru, distante 100 quilômetros da capital Goiânia, possui uma população estimada de 4.730 habitantes (dados retirados do IBGE de 2018). O município tem sua economia voltada para o comércio e algumas indústrias de médio porte, predominando a pecuária, a agricultura e pólo confeccionista de moda íntima.

Por ser um município novo, emancipado 30 de dezembro de 1987, com meio século de fundação, a cidade guarda, até os dias atuais, características do mundo rural no tocante aos seus costumes e tradições. Num tempo em que a memória de suas raízes e de seus antepassados perde força, em função à crise de identidade que a norteia, crise esta que pode ser explicada pelo esquecimento da memória coletiva enquanto município, que é fundamental para preservar e facilitar o processo de formação da identidade de um povo.

Durante o início do século XX, surgiram muitos aglomerados urbanos em Goiás, tendo como explicação o processo de ruralização, com o aumento da pecuária extensiva, e a forte motivação pela idéia de progresso transmitida pela transferência de duas capitais em solo goiano, a capital do estado Goiânia e a capital nacional Brasília. Motivados por estes eventos, surgia a idéia de criar aglomerados urbanos, dada a necessidade e desejo das pessoas que viviam no campo. Necessidades estas que podem ser explicadas pela falta de amparo das cidades ao povo do campo, como saúde, educação, comércio, religião, interesses políticos e principalmente pela dificuldade de locomoção na época. Isto não foi diferente no território

correspondente ao futuro município de Itaguari-Go, de modo que se tornou um dos principais motivos para o surgimento do centro urbano.

1. HISTÓRIA E MEMÓRIA

A Nova Historia Cultural abriu um leque de possibilidades para a historiografia. Os historiadores, então passaram a localizar, a pensar, a pesquisar e a escrever a história a partir de outras perspectivas. Deixaram de lado a história positivista e tradicional de grandes heróis e de grandes feitos que utilizassem apenas fontes documentais e escritas, que ignoravam um universo de possibilidades de fontes e objetos de pesquisa. Contribuindo, ainda mais com os trabalhos e estudos feitos.

É de fundamental importância, realizar pesquisas e análises nestes novos paradigmas surgidos, sobre a escrita historiográfica, que através das leituras feitas de pesquisadores que se propuseram a falar sobre o tema, ressaltam ainda mais e sua importância, dando ainda mais credibilidade e fundamento sobre os estudos deste trabalho, que visa contribuir com o conhecimento histórico do processo, no qual se deu a formação do município, vale ressaltar que ainda há poucos trabalhos que se dedicam a analisar o movimento de fundação na sociedade goiana, ressaltando assim a importância de sua preservação para a formação de indivíduos conscientes de seu papel de preservar o patrimônio cultural existente.

A memória é o principal instrumento de armazenamento do homem, pois através dela, o homem consegue reunir os fatos adquiridos e colocá-los em ordem para serem transmitidos a outras pessoas.

Dutra (2009) a partir de seus estudos, sobre o movimento religioso da folia de reis em Itaguari, também resalta a importância, de se pensar e retratar esta necessidade de registrar a história, que tende a ser menosprezada ao longo do tempo, e que agora surge com um papel fundamental de guardião da memória de um povo. “Quando a sociedade perde sua memória, perde também sua cultura e identidade, acabando-se assim com seus vínculos com o passado. [...] É preciso valorizar a cultura regional, porque ela é parte da identidade, quer seja encarada no âmbito individual ou coletivo. (DUTRA, 2009, p.28)



Neste contexto, Saad (2010), relata a importância e a necessidade, de se pensar e produzir um trabalho de preservação da memória de um povo ou sociedade específica. Nos mostra que é de extrema importância, devido a necessidade que temos de resgatar o passado, do esquecimento profundo, tornando digno de importância de ser preservado. “Buscando um aparato teórico para evitar que as histórias desses homens e mulheres passassem por despercebidas diante de uma sociedade que, mais do que nunca, necessita tomar conhecimento de suas origens, devido à crise generalizada de identidade que a norteia”. (SAAD, 2010, p.11).

A autora tenta mostrar a utilidade e a importância do uso da memória, como forma de resgatar as lacunas que a história escrita não tem com decifrar, como sentimentos e o cotidiano de experiências que vão muito além do próprio objeto de pesquisa. Neste sentido, ela nos mostra a importância em se pensar e trabalhar com memória, devido que:

(...) possibilita uma narrativa que mantém sempre vivo através de registros históricos, o sentido dos costumes, das tradições, enfim, dos valores desse determinado grupo, que muitas vezes têm seus significados perdidos ao longo do tempo e por isso ficam a mercê do descaso e até do “pré-conceito”, pois o que é desconhecido tende a ser ignorado. (SAAD, 2010, p.15)

A memória então segundo Saad (2010) é organizada e retida pelo conjunto de seus membros, os quais se incumbem de transmiti-la às novas gerações cabendo este papel aos mais velhos, devido a sua maior experiência e vivência, o importante papel social de guardiões da memória, como são chamados. Cabe a eles a função de transmitir às novas gerações de seu grupo social os fatos e vivências que foram retidos como fundamentais para a sobrevivência do grupo.

Esse papel social dos idosos foi sendo gradativamente perdido ao longo da história da sociedade, mas muito mais intensamente, na contemporaneidade, quando cada vez mais se diversificam e se sofisticam os suportes para o registro da memória (escrita, imprensa, fotografia, vídeo, discos, CDs, DVDs, disquetes, etc.) o enorme volume de informações, fez surgir instituições especialmente voltadas ao trabalho de seleção, coleta, organização, guarda e manutenção adequada e divulgação da memória de grupos sociais ou da sociedade em geral, nessas novas sociedades do esquecimento.

Essas instituições realizam atualmente, de forma profissional, uma tarefa social anteriormente exercida pelos idosos, podendo ser descritas, como os museus, arquivos, bibliotecas e centros de memória, que de alguma forma e segundo critérios previamente estabelecidos realizam o trabalho de coletar, tratar, recuperar, organizar e colocar à disposição da sociedade a memória de uma região específica ou de um grupo social retida em materiais diversos.

Pois anteriormente, até o século XX, os historiadores de então escreviam seus textos, acreditando serem portadores da verdade única e absoluta, baseando-se nos documentos oficiais. Esta é uma das características da História até o século XIX e que costumamos denominar história positivista ou história política, que foi a forma dominante da história. Nela eram retratados os grandes feitos militares e políticos atribuídos aos grandes homens.

A partir da revolução historiográfica, ocorrida durante a Revolução Francesa, com o Movimento dos Annales, houve uma mudança na forma de olhar e analisar o documento e sobre a forma da fonte histórica, sendo este processo fundamental para o surgimento dos estudos sobre cultura e memória. Este processo de avanço na história enquanto ciência foi fundamental para que hoje possamos estudar a temática desta pesquisa, através de vários tipos de fonte, devido à escassez das fontes escritas documentadas.

Pierre Nora (1993) leva a refletir que um “lugar de memória” tem o poder de resgatar memórias que a tempo não se habitavam, e que às vezes nem eram conhecidas, uma vez que, o conceito de lugar de memória que, para ele, seriam lugares em todos os sentidos do termo, vai do objeto material e concreto, ao mais abstrato, simbólico e funcional; é o que resta e que se perpetua de outro tempo, ou seja, “os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora” (NORA, 1993, p. 12-13). E sobre a importância destes lugares de memórias, Nora (1993) afirma que, “não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais. (NORA, 1993, p. 13).

Os estudos empreendidos por Halbwachs (2006) trazem, portanto, uma nova vertente para a noção de memória e apresenta então os quadros sociais que compõem a memória. Para

ele, mesmo que seja particular de um único indivíduo, a memória remete a um grupo; o indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo na sociedade, já que “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Embora a memória individual não deixa de existir, mas está enraizada em diferentes contextos, através do meio, cultural, social, político, educacional e econômico, com a presença de diferentes participantes, e isso permite que haja uma transposição da memória de sua natureza pessoal para se converter num conjunto de acontecimentos partilhados por um grupo, passando de uma memória individual para uma memória coletiva.

Nesse sentido, a constituição da memória individual de um ser humano é uma combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais ele participa e sofre influência. Segundo Halbwachs (2006),

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Uma lembrança poderá ser ao mesmo tempo reconhecida através da reconstrução das imagens na memória individual onde serão remetidos ao coletivo de grupo. Só se pode falar em memória coletiva a partir do momento em que evocamos um evento que teve lugar na vida de um grupo. Nessa perspectiva, dar voz ao passado, através da história oral, é de certa forma revivê-lo, não como ele exatamente foi, mas como ele existe ainda dentro do imaginário de cada indivíduo, de um grupo. Neste contexto Nora (1993) afirma que:

A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. (NORA, 1993, p.09).

Ainda nesse sentido, Nora (1993) conclui que cabe ao historiador, selecionar o que for proveniente e verídico.

(...) a história da história não pode ser uma operação inocente. Ela traduz a subversão interior de uma história-memória por uma história-crítica, e todos os historiadores pretenderam denunciar as mitologias mentirosas de seus predecessores. Mas alguma coisa fundamental se inicia quando a história começa a fazer sua própria história. O nascimento de uma preocupação historiográfica é a história que se empenha em emboscar em si mesmo o que não é Ela própria, descobrindo-se como vítima da memória e fazendo um esforço para se livrar dela (NORA, 1993, p.10).

Partindo dessa noção, deve-se voltar à atenção para a necessidade de especificação de quem são esses narradores que fazem das histórias de suas vidas objetos do presente estudo, se tratando de pessoas idosas, que de fato estiveram presentes ou ligados de alguma forma nos anos iniciais da fundação de Itaguari e nos anos em que sucederam.

Vale ressaltar que a memória é um dos pontos mais importantes para que o pesquisador que utilize da fonte oral possa chegar à conclusão necessária. Através da memória pode ser construída uma determinada história adormecida no passado. Porém, a história oral não é a memória. A memória é apenas um dos mecanismos utilizados para se realizar a história oral. Nesse sentido, a história oral mantém um vínculo importante com a memória, e vice-versa. A transposição das narrativas da memória para a história, a sociologia, a antropologia ou outra qualquer disciplina acadêmica, no entanto se dá na capacidade de diálogo entre a memória, da mediação da história oral e a história ou suas correlatas irmãs.

Muitos autores que defendem a história oral como método de pesquisa tratam a memória como o principal mecanismo para que possa chegar ao objetivo esperado. A reconstrução de um período, seja ele histórico ou não, importante para uma nação, estado ou cidade, ou apenas para um grupo pequeno de pessoas ou até mesmo importante para o próprio pesquisador.

Para muitas pessoas, o lembrar faz com que os sentidos sejam aguçados. O paladar é ativado ao lembrar-se de um alimento, assim como o olfato pode ser despertado ao lembrar uma ocasião especial. A ativação desses pensamentos traz uma vitalidade aos entrevistados e colabora para a lembrança vir de uma maneira concreta e presente, assim acrescentando partes

importantes para a pesquisa. A reconstituição de um fato através da utilização da memória como principal fonte, possui aspectos positivos e negativos.

Na falta de provas ou versões documentais, pois estas também podem ser consideradas versões, o que existe é uma versão dos acontecimentos e não a exata reconstituição, levando-se em consideração ainda que a memória humana seja falha. Ao mesmo tempo, através da captação do material, obtido por cada entrevistado que utiliza a memória para contar um fato, são trazidos à tona pequenos detalhes do passado que muitos não conheciam, colaborando para seu papel do indivíduo na sociedade. No entanto, ao utilizar-se da memória como fonte para pesquisa, como se trata de um ser humano, corre-se o risco de a interpretação dos fatos ser em grande parte o imaginário tomando conta do presente. O que é verdadeiro para um, é imaginário para outro.

Outro fator que se deve levar em consideração na tentativa de reconstituição de fatos históricos, é que a memória pode ser ajudada através de um grupo, formando opiniões diversas, em que um ponto pode puxar outro, deixando mais verdadeiros os argumentos utilizados pelo entrevistado. Numa pesquisa histórica observam-se dois tipos de memórias: memória cultural e memória social.

A memória cultural trata-se de um grupo pequeno, de critérios ideológicos de um povo. Já a memória social implica-se em um grupo extenso ligado por uma mesma idéia, por um fator comum, motivado pelo mesmo ideal, a concretização de uma questão que será relativa à sociedade como um todo. Desta forma, a memória cultural é um conjunto das manifestações de grupos que guardam visões articuladas sobre si ou sobre o mundo segundo critérios que dão sentido e unidade ao conjunto.

Em uma pesquisa que pretende relatar fatos e a memória, o cuidado em transcrever exatamente o que o entrevistado diz é fundamental e definitivo para a validade e conclusão do trabalho. O pesquisador pode utilizar mecanismos como a observação para entender o que foi dito. Porém, cada passo da utilização da memória deve ser guiado pelo pesquisador para que o foco da pesquisa não se perca, fazendo com que o trabalho tome um rumo diferente, não esperado.

A memória é um mecanismo de captação de relatos feitos por pessoas sobre um determinado assunto, que utiliza como método a história oral. A história oral da mesma forma



utiliza-se da memória para alcançar os objetivos propostos. A fim de resgatar o passado, do esquecimento mortal e trazendo a vida as lembranças de um tempo que longe se foi.

2. HISTORIA ORAL

Narrar ou contar histórias é uma arte milenar. Antigamente, o contador de histórias era o detentor da experiência, do conhecimento e da sabedoria. No passado, esse rito familiar criava um clima intimista entre as gerações nas sessões de contação de histórias. A figura do avô ou da avó era ícone do faz de conta, agente de introspecção imaginativa das crianças, jovens e adultos.

Atualmente, com a supremacia da imagem, da televisão, do computador e da informação, as histórias contadas ou narradas por um interlocutor, oferecem apenas um divertimento que está implícito em cada um, com seus valores subjetivos. Como os tempos mudaram aquela relação intimista entre as gerações ficou prejudicada pelo ritmo acelerado dos ritos da sociedade moderna e a nova figura do contador de histórias dividiu o espaço com o monitor de TV.

Entretanto, não se pode culpar os meios midiáticos, como principais vilões da quebra desta tradição oral de gerações, pois foi a partir de sua utilização que pode ter início o surgimento dos armazenamentos de dados orais e visuais, com o propósito de serem estudados. Surgia assim, na década de 1950, logo após a invenção do gravador à fita, na Europa, EUA e no México, à história oral, como uma metodologia de pesquisa e construção de fontes para estudo da história contemporânea. Tendo um método de extrema importância que, consiste basicamente na realização de entrevistas gravadas ou registradas, com pessoas que testemunharam acontecimentos do passado e também do nosso presente.

Desta forma, História Oral surgiu na década de 1950, pós a Segunda Guerra Mundial com os sociólogos da Escola de Chicago, para a partir de então várias tendências se delinearem, a primeira foi constituída por entrevista em elites políticas fazendo uma história de cima para baixo, depois surge um novo modelo de se escrever e pesquisar a história oral. O

principal nome deste modelo é o historiador Paul Thompson, que dá importância à história dos excluídos, uma história de baixo para cima. Embora a segunda tenha surgido para contrabalançar as influências da primeira, ambas podem e devem estabelecer relações e interações, na valorização dos diferentes e heterogêneos depoimentos. “A dependência da memória, em vez de outros textos, é o que define e diferencia a história oral em relação a outros ramos da História”. (FENTRESS; WICKHAM, 1992 apud ERRANTE, 2000, p. 142).

Atualmente no Brasil além de várias instituições que financiam a realização de projetos de pesquisa nesse método, também existe a Associação Brasileira de História Oral, que foi fundada em 1994 e até hoje é um dos maiores órgãos responsáveis por transmitir o conhecimento dessa metodologia, promovendo encontros nacionais e regionais entre pesquisadores. Esse método possibilitou à História uma nova perspectiva de acontecimentos, já que, o que antes era narrado em livros por autores já conhecidos passou a ser visto e ouvido, com uma nova perspectiva e por testemunhas que antes eram esquecidas ou ignoradas historicamente.

Na ótica de Delgado (2010) a história oral é uma metodologia primorosa voltada à produção de narrativas como fontes do conhecimento, mas principalmente do saber.

A história oral durante algum tempo foi considerada uma fonte de menor importância em relação aos documentos escritos, com o passar do tempo é que foi ganhando espaço e importância no meio acadêmico. Conforme Thompson (1992), no final dos anos 70 os historiadores se tornavam menos defensivos em relação à história oral e declarava que essa poderia ser mais uma fonte e não um problema.

O trabalho com fontes orais permitiu aos pesquisadores uma ampliação de conceitos de fontes. Somente com essa técnica foi possível que historiadores e antropólogos realizassem uma nova construção de acontecimentos a partir da memória de pessoas que presenciaram os eventos.

Deste modo, a história passaria a ser contada, e construída com base da memória do entrevistado, memória essa que sofre influências de agentes externos, agentes culturais. A história narrada não é somente os eventos contados. Não se tratando da história em si, mas sim da memória de quem a conta. Thompson acredita que “quando não existe história alguma

disponível, ela é criada” (1992, p.21). E sobre a sua importância na sociedade, o autor afirma que:

Por meio da história as pessoas comuns procuram compreender as revoluções e mudanças por que passam em suas próprias vidas. Por meio da história local, uma aldeia ou cidade busca sentido para a sua própria natureza em mudança, e os novos moradores vindos de fora podem adquirir uma percepção das raízes pelo conhecimento pessoal da história. (THOMPSON, 1992, p.21).

Diante disto, a história oral, dentro do campo da historiografia, traz consigo a tentativa de apoderar-se de detalhes omitidos, visto que a razão dela surgir, cobrir aspectos da história que as fontes escritas, por uma série de razões de seletividade, não cobriam. Saad (2010) analisa este processo, dizendo que “a utilização da memória como fonte histórica, a partir da narrativa oral, se dá no momento em que não serão pesquisadas em objetos inanimados. Mas sim, o próprio ser humano, munido de sentimentos, emoções, paixões e, claro, interesses particulares”. (SAAD, 2009, p.16).

Neste sentido, a história oral é um procedimento, um meio, um caminho para produção do conhecimento histórico, que se move em um terreno interdisciplinar, devido ao fato de procurar em outras disciplinas como psicanálise, antropologia e sociologia, respostas para as lacunas deixadas pelo tempo ou até mesmo pela dificuldade de rememorar, o tempo passado, para o tempo presente.

Segundo Delgado (2010) a memória é o principal meio de captação de relatos feitos por pessoas sobre um determinado assunto, que utiliza como método a história oral, através do método da entrevista. A história oral utiliza-se da memória para alcançar os objetivos que fora proposto, conforme o interesse da pesquisa a ser realizada, ainda mais se tratando de uma pesquisa, que fará o resgate da memória de um tempo ou de uma ocasião como o processo de urbanização e transformação social de Itaguari, que está presente até os dias atuais, devido ao pouco tempo que passou com a presença de filhos ou até mesmos membros que estiveram presentes neste momento.

O resgate da memória é o primeiro fator determinante, quando os historiadores utilizam a história oral. O papel social investido em cada passo da reconstituição de um fato, através da memória, é fundamental para alcançar o propósito da pesquisa. Pois, como afirma Delgado (2010):

A memória, principal fonte dos documentos orais, é um cabedal infinito, onde múltiplas variáveis – dialogam entre si, muitas vezes revelando lembranças, algumas vezes, de forma explícita, outras vezes de forma velada, chegando em alguns casos a ocultá-las pelas camadas protetoras que o próprio ser humano cria ao supor, inconscientemente, que assim esta se protegendo das dores, dos traumas e das emoções que marcaram sua vida.[...] Também é usual que depoentes, estimulados pelas entrevistas, recorram a velhas relíquias ou antigos guardados, encobertos pela patina do tempo, como fotos, objetos, jornais, discos, cartas, poemas, entre outros recursos, que possam contribuir para tornar o ato de lembrar mais vivo. Os entrevistadores também podem incentivar com estímulos externos para que a memória flua com maior facilidade, ou mesmo seja ativada, já que é um processo vivo, atual, renovável e dinâmico. (DELGADO, 2010, p. 16-17)

Sendo assim, a produção de um depoimento é um trabalho conjunto entre depoente e entrevistador, onde juntos através da relação da pesquisa e do contato coordenado pelo entrevistador sobre a temática, produziram um documento, que derivava do conhecimento e da metodologia utilizada pelo entrevistador. Após a geração deste documento, que deve obedecer a um método e seqüência de trabalho próprio da história oral, é necessário estabelecer critérios técnicos para a sua guarda, sigilo e uso.

O estabelecimento de etapas é de grande importância para que o documento final produzido possa ter utilidade pela pesquisa e aceito no meio acadêmico, para isto deve seguir uma ordem começando pela definição dos objetivos de estudos, pois “um objetivo bem definido e problematizado pode ser considerado como início promissor de qualquer pesquisa” (DELGADO, 2010, p. 24). A preparação da entrevista também é de fundamental importância, pois algumas providências devem ser tomadas como a preparação de um roteiro de entrevistas, para que possa agilizar e contribuir para que os objetivos propostos pela pesquisa possam ser alcançados.

A entrevista deve utilizar de etapas, que obedeçam a uma pauta previamente estabelecida, com objetivos claros e definida a priori, como ressalta Delgado (2010) em sua obra. Numa entrevista nunca se busca ir muito além da pauta, especialmente, por questões de tempo e disponibilização das pessoas que serão entrevistadas, de forma que não tome muito o tempo do entrevistado, pois este é essencial para o processo de recolhimento de dados.

Em geral, faz-se um roteiro inicial para entrevista, mas este pode ser alterado de acordo com a interação entre depoente e entrevistador. O depoimento deve respeitar a seqüência memorialística do depoente, valorizando seus silêncios e não ditos.

Nesse tipo de depoimento, Delgado (2010) defende que o depoente nunca deve ser interrompido. O entrevistador é antes de tudo um ouvinte, daí que aquele que colhe o depoimento não é um entrevistador, é um ouvinte.

Portanto, história oral é eficaz para responder as questões levantadas pelo historiador, cabendo ao pesquisador a tarefa de organizar tais fontes, cabe ao pesquisador, ordenar os depoimentos, nem sempre narrados de forma linear, de modo a contribuir para esclarecer questões, esclarecer metas e conferir hipóteses. A história oral, ao buscar na memória informações para constituir suas fontes, cumpre um papel muito importante, o de resgatar identidades individuais e coletivas, resgata também as experiências de gerações passadas, elevando-as a objetos de pesquisa.

Dessa forma, uma das maiores potencialidades da metodologia da história oral refere-se ao seu caráter heterogêneo e, essencialmente, dinâmico de captação do que passou, segundo a visão de Delgado (2010):

Na verdade, as potencialidades da metodologia da história oral, que tem na memória sua principal fonte informativa, são infindáveis, permitindo ao historiador, a seu critério, a adoção de abordagens históricas de características diferentes, com ênfase, por exemplo, no institucional ou no privado, no público ou no particular, na visão individual ou na visão coletiva (DELGADO, 2010, p.50)

Assim, ao adentrar na história dos pioneiros, através de suas recordações, é essencial para recordar as lembranças de um tempo passado. Fazendo jus à necessidade de preservação da memória coletiva de povo e de uma geração, aonde cada vez mais se vê ameaçada, pelo próprio tempo, que não se importa, se a mesma está preparada para o não esquecimento ou não.

O pesquisador ao utilizar do uso da história oral, quando está realizando uma entrevista, deve adotar de um ponto chave que determinará o futuro da pesquisa, a paciência, pois a memória não é um mecanismo que é ativado com um botão e sim é ativado de fatos que geram lembranças e que demoram a serem concluídos. Outro fator determinante é o foco da pesquisa que o entrevistador deve ter bem claro na mente, visando conduzir o entrevistado, para que não saia do objetivo da pesquisa.

Ainda mais, se tratando do estudo de um espaço específico, como a história do município de Itaguari, que é o ponto chave de uma memória coletiva é identidade coletiva de um povo, porém esta memória, não está tão visível, pois ela se encontra na forma individual das recordações de cada um, sobre o passado e o cotidiano, fazendo necessário a utilização e da pesquisas sobre fontes orais (entrevistas), e do estudo sobre o local (espaço) a ser trabalho.

3. HISTORIA URBANA

A palavra cidade, derivada do latim *civitate*, cuja raiz etimológica é o mesmo presente nos vocábulos civil, civilidade e civilização, a cidade é definida pelo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2001) como um “complexo demográfico formado, social e economicamente, por uma importante concentração populacional não agrícola, e, dedicada a atividades de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural; urbe”.

A cidade é caracterizada no decorrer da história como o grande agrupamento do mundo urbano, como a concentração de pessoas num determinado espaço onde estas travam relações socioculturais, de comércio, econômicos e de moradia, de enfrentamento político-militar dentre outros.

Neste sentido, um ponto importante que deve ser observado, é o fato de que a cidade, enquanto resultado do fenômeno de urbanização, se formou de maneira distinta para cada povo que habita as diferentes partes do globo. O fenômeno urbano não se configura de maneira linear nas diversas partes do mundo no decorrer da história, apresentando, assim, características próprias para cada local em que ainda se processa, visto não estar encerrado.

A cidade tem sua origem associada à evolução da divisão social do trabalho. Assim, o espaço urbano emerge, primeiramente, como *lócus*³ do poder, da função política. Com o passar do tempo, o comércio foi se apropriando e transformando a cidade, como ocorreu em algumas cidades da Antiguidade e da Baixa Idade Média. Essa forma de organização sócio-espacial também surgiu em decorrência da evolução da divisão do trabalho, estas mudanças ocorreram principalmente por três motivos específicos: econômico, político e defensivo.

³ *Lócus*, palavra que deriva do latim, que significa literalmente “lugar”, “posição” ou “local”.

Em meados do século XVIII, na Inglaterra, iniciou-se o processo que mudou definitivamente a cidade, a Revolução Industrial. A indústria não se constituiu apenas em uma nova técnica de produção, mas influiu diretamente na própria organização social e espacial da sociedade.

Outro fator que surge neste período, é que muda a forma e comportamento do homem em se organizar em sociedade, é o sistema econômico do capitalismo, provenientes do acúmulo do poder e riquezas, que tem suas origens, a partir do comércio praticado nas antigas cidades e vilas, este sistema fortaleceu o crescimento da cidade em torno destes espaços de comércios.

A modernidade, tal qual a vivencia-se atualmente, está marcada por diversas características importantes e uma delas é o crescimento de grandes cidades derivada fundamentalmente da Revolução Industrial e do desenvolvimento do capitalismo. As transformações sofridas a partir destes eventos foram profundas e modificaram a vida social das cidades e dos indivíduos que a habitam.

A cidade, em decorrência do processo de industrialização, cresce tanto em termos demográficos como territorialmente. A urbanização, por sua vez, toma uma nova forma, uma vez que além de ser palco do comércio e do poder político, o espaço urbano torna-se também o lócus da produção. O crescimento da cidade, propriamente, está associado diretamente à necessidade de força de trabalho em excesso, sendo essa, uma das principais condições para o acúmulo de capital a partir da indústria.

Durham (1984) é uma antropóloga que estuda o processo de migração dentro do interior do Brasil para os centros urbanos, ressalta que:

A industrialização e a urbanização significam à quebra de isolamento das comunidades tradicionais, a crise do sistema produtivo rural e da estrutura tradicional de autoridade, a negação dos velhos valores, a adoção de novos padrões de comportamento. Em nenhum momento essa transformação se apresenta de modo tão dramático ou tão completo como quando da origem a migração transferindo indivíduos e grupos das comunidades mais tradicionais e mais pobres para os grandes centros urbanos onde se concentram as inovações a riqueza e os centros de decisão que transformam o país. (DURHAM, 1984, p. 8)

Desta forma, um novo cenário é criado com sujeitos, identidades e características diferentes tornando-se um grande desafio teórico para os estudiosos que a propõem a trabalhá-la. Ao afirmarmos que a cidade é característica fundamental da modernidade não queremos dizer que estas não existiam na época pré-industrial e pré-capitalista, mas que tinham um caráter diferente do que têm hoje. Além disso, é importante lembrar que as cidades, mesmo as da atualidade, variam de uma para outra, podendo um ser definida pelo seu grau de industrialização e outra pelo seu comércio, por exemplo.

A escolha da cidade como objeto de pesquisa, no caso da antropologia foi algo relativamente recente. Surge em seus primórdios como uma ciência que busca compreender sociedades simples, isto é, minorias sociais. No entanto, as transformações históricas e sociais, acabam por atingir também essas sociedades, transformando as colônias em estado-nação⁴ termo utilizado por Durham (1984), colocando os índios e as populações rurais em contato com o progresso urbano, e as minorias sociais expostas à cultura dominante.

Esta realidade, então, força os pesquisadores, sejam antropólogos ou historiadores a se renovar e a buscar novos objetos de pesquisa, que seriam as sociedades ditas complexas, visto que elas eram no momento foco de transformações importantes e que seria fundamental compreender essa realidade, assim como a das sociedades simples. Muitos pesquisadores nessa época, inclusive, chegaram a pensar que seus estudos estavam próximos do fim, visto que o seu objeto de pesquisa era cada vez mais escasso.

A Antropologia juntamente com a História passa a focar e observar os acontecimentos corriqueiros e cotidianos, buscando entender como os indivíduos vivenciam e reelaboram esses acontecimentos, propiciando um entendimento grandioso em relação à dinâmica das sociedades complexas, onde a cidade é a lócus fundamental. Neste tipo de pesquisa, o pesquisador estará de frente para a sua própria cultura e seu local de vivência, mas isso não significa que novas questões ou determinadas atitudes “exóticas” relações da dinâmica da sociedade, a ele não estejam presentes, visto que a cidade é um território.

E caso ele se depare com um contexto familiar diverso ao seu, será importante questionar pressupostos e valores que são considerados inquestionáveis por ele e por aqueles que partilham daquela cultura, visto que é algo naturalizado por eles.

⁴ Segundo Durham (1984), estado-nação é constituído por uma massa de cidadãos que se considera parte de um mesmo território.

Nessa perspectiva, o historiador brasileiro Ronald Raminelli (1997), que se propõem a falar a partir da análise da evolução da corrente historiográfica da história urbana, se embasada em conceitos de historiadores que se propuseram a falar anteriormente, além do mais, mostra a importância da compreensão do estudo sobre a temática, uma vez que pode se explicar um povo ou de uma sociedade ou meio social e cultural.

Raminelli (1997) nos relata a importância da história urbana, pois:

Nos últimos anos, as pesquisas sobre a cidade tomaram um novo rumo, distanciando-se dos primeiros estudos realizados a partir de meados do século passado. Hoje os estudiosos lançam mão de uma massa considerável de dados, recorrendo a registros fiscais, livros paroquiais, livros de registro civil, licenças, censos, listas profissionais e telefônicas. Tal método de pesquisa tornou-se viável com o auxílio de computadores, capazes de agilizar a leitura deste volumoso material. Os estudos urbanos têm promovido o surgimento de equipes interdisciplinares, encarregadas de desenvolver investigação de grande amplitude. Conseqüentemente, os objetos de pesquisa ampliaram-se, reconstruindo a complexidade da estrutura social, destacando as relações travadas entre os vários segmentos sociais do espaço urbano. Uma outra característica dessa “nova história urbana” está no emprego de teorias para poder ordenar a abundância do material empírico, pois os dados raramente se organizam espontaneamente em conjuntos inteligíveis. A recente historiografia dedicou-se a alguns problemas. David Herlihy apontou três núcleos principais: (1) as funções da cidade e seu vínculo com o fomento da urbanização; (2) os efeitos da vida urbana sobre os ciclos vitais dos indivíduos, sobre o trabalho e a família; (3) as mudanças espaciais e ecológicas na cidade, provocadas pelo desenvolvimento econômico e social. (RAMINELLI, 1997, p.276-277)

Também, devem-se levar em consideração, as necessidades que a população do campo tinha, como falta de um amparado, político, religioso, educacional, de saúde, e de primeiras necessidades básicas como comércios de alimentos, e o econômico, como falta de empregos, vendo a criação de um centro urbano como uma alternativa para mudar este quadro social.

Desta forma, os espaços urbanos derivam das vivências corporais específicas a cada povo, por isso, será necessária a utilização da história urbana, como forma de uma possível explicação, para surgimento de certo cotidiano social. A migração rural-urbana também pode ser considerada como um fenômeno de mudança sociocultural, que envolve a transformação dos padrões de comportamento.

A migração, cada vez mais crescente, do campo para a cidade, é uma das mais significativas transformações da era moderna. Para aqueles que migram da zona rural para a

Revista Científica FAI. ISSN 2526 – 6225 – Volume 3, Número 1, Ano de 2018/janeiro a junho.

área urbana, a cidade é encarada como um espaço de liberdade e possibilidades, na medida em que o emprego regular é visualizado como uma segurança e independência, inexistentes no campo. “E a urbanização recente do país não corresponde apenas ao aumento das cidades, mas a criação de um novo tipo de cidade”. (DURHAM, 1984, p. 27).

Nesse sentido, Cardoso; Couto Neto; Jerônimo Neto (2013) ressalta a importância de reconstruir parte da história de formação urbana de Itaguari, pois para eles:

Entender e explicar o processo de surgimento e de evolução de uma cidade é algo bastante complexo e cheio de mistérios e controvérsias, sobretudo, quando já se vão longos anos e as fontes de pesquisas vão se tornando cada vez mais escassas. Observando o pequeno volume de informações sobre a cidade de Itaguari. (CARDOSO; COUTO NETO; JERÔNIMO NETO, 2013, p.13)

Deve-se analisar ainda neste sentido, que só se pode entender uma nação, uma cidade ou até mesmo um indivíduo se conhecer suas raízes podendo assim encontrar as respostas das inúmeras problemáticas que surgir ao decorrer do tempo que o envolve. O uso da memória a partir do momento em que se podem arquivar, no sentido literal da palavra, essas lembranças e fazer com que se tornem história, possibilitando, além da pesquisa para historiadores, a análise pelas futuras gerações das histórias de pessoas que dedicaram boa parte da vida para a construção de um futuro que hoje tornaram alheios, já que o tempo tem essa essência de deixar os feitos de uma geração como herança para outras, tornando assim um patrimônio para a população Itaguarina.

Com base na obra de Cardoso; Couto Neto; Jerônimo Neto (2013) pode-se analisar a sua contribuição com abasamento de dados compatíveis com a pesquisa.

Tomando por princípio a realização de um trabalho descritivo, que pudesse retratar um pouco da história, da situação geográfica e de aspectos sociais relevantes, lançamos campo afora pesquisando, coletando documentos e buscando informações sobre a cidade de Itaguari Goiás. Esta obra, que ora disponibilizamos para a população itaguarina, contém informações acerca do que pudemos pesquisar durante dez anos de trabalho. Trata-se de um conjunto de informações abrangendo aspectos históricos, geográficos, políticos, educacionais e culturais que retratam um pouco do que fomos e do que somos. (CARDOSO; COUTO NETO; JERÔNIMO NETO, 2013, p.13)

Abordando o essencial para um regaste histórico de acontecimento e fatos ocorridos ao longo do tempo, mostrando não apenas, o processo de formação e surgimento do agrupamento populacional, mas também o período que se sucedera com a solidificação do vilarejo até sua emancipação, e traz teses para explicar como se sucedera estas vontades e necessidades por parte da população e como foi o processo para que este fosse possível.

Além disto, é de grande importância, pois traz os agentes que foram decisivos para estes movimentos, mostrando quem foram os fundadores e idealizadores, inclusive, trazendo fatos relevantes, sobre o período após criação de vilarejo como era sua população, o que faziam e por fim o movimento político para sua emancipação.

A criação da cidade de Itaguari, deu-se, de acordo com relatos dos antigos moradores, da seguinte forma: No início de 1946, Pedro Procópio teve a iniciativa de criar um povoado, onde hoje está situada a cidade de Itaguari. Para efetivar sua ideia resolveu consultar os fazendeiros da região e expor seu intento. De posse de um pequeno caderno para anotações [...] Confiante na missão, nos dias seguintes, com um caderno em mãos, Procópio visitou importantes fazendeiros da região, divulgando sua ideia e pedindo terras para a criação da cidade. Para simbolizar a fundação do futuro povoado foi rezado um terço, ao lado de um pequeno jatobá do cerrado. “O Pedro Procópio reuniu o povo debaixo de uma barraca. Foi no dia 10 de agosto de 1946, dia de São Lourenço. Nunca mudou. Roçaram um pedacinho chão. Reuniram e rezaram um terço. Gritaram leilão, pra daná. Tinha muita gente. Foi uma festinha boa. Quem rezou o terço foi o Bastião Cesário.” (Jerônimo Correia Leite, 82 anos - Entrevista: 01/01/2005). (CARDOSO; COUTO NETO; JERONIMO NETO, 2013, p. 21-22)

Diante disto, os autores mostram a necessidade que esta população local tinha por uma autonomia, devidos a fatores que serão mais bem explicados após esta base teórica, pois mencionam:

Durante 24 anos a cidade idealizada por Pedro Procópio e fundada por sete fazendeiros, foi relegada a simples condição de distrito. Para muitos itaguarinos esta condição era motivo de desprezo, pois, acreditavam que o município de Taquaral de Goiás em nada podia contribuir para o progresso de Itaguari. No ano de 1986 foi realizado um plebiscito onde a população foi convocada a votar na emancipação política ou não do município. O resultado foi o esperado: a população votou no sim. Através da Lei n.º 10 400 de 30 de dezembro de 1987 foi consolidado o processo de emancipação política. O processo eleitoral ocorrido em 1988 apontou como vencedor das eleições, como primeiro prefeito, o senhor Ramiô Rodrigues da Silva. A instalação do município aconteceu no dia 01 de janeiro de 1989, sendo empossados os primeiros vereadores e o prefeito eleito. (CARDOSO; COUTO NETO; JERONIMO NETO, 2013, p.31)

Diante do exposto, é nítido a necessidade, que os primeiros moradores tinham, por busca de seus direitos e respaldo perante as leis e sociedade.

É importante notar também, que havia necessidade da criação de um local de atividades religiosas nesta região. Pois a Igreja católica exercia forte influência e papel na mentalidade e no modo de vida daquele povo, sendo um dos principais motivos para a criação do então vilarejo. Pois a primeira atividade realizada pelos fundadores de Itaguari, foi um terço realizado na atual praça central de Itaguari e implantação de um crucifixo e pedra fundamental do povoado.

Pois para Durham (1984) as atividades religiosas também tem seu papel de unificar os laços de amizades e sociais entre os habitantes do mesmo meio, no caso os sitiantes e fazendeiros da região que se uniram em torno de um objetivo.

As atividades lúdico-religiosas que exprimem, ao mesmo tempo em que reforçam a solidariedade dos grupos locais, são, portanto antes conseqüências que causa da unidade desses grupos. Elas se desenvolvem naqueles agrupamentos onde a longa ocupação de um mesmo território permitiu o adensamento da população e da relações sociais. Nessas condições, multiplicam-se os laços da rede complexa de relações de parentescos e compadrio, que unem de forma mais coesa a totalidade dos ocupantes do território; ao mesmo tempo, a longa historia de uma vida comum, a memória de favores prestados e recebidos e a intimidade que nasce de familiaridade propiciam uma vida coletiva mais rica; mas não se introduziram novos princípios de organização social, e o grupo ainda se concretiza como simples adensamentos de relações diádicas que extravasam sempre os limites da vizinhança. (DURHAM, 1984, p.79-80)

Portanto, o reconhecimento da cultura, da memória e da história urbana são elementos enriquecedores à cidade contemporânea, pois a sustentabilidade da cidade deve priorizar as manifestações culturais, já que estas personificam o lugar e transmitem a noção de pertencimento das pessoas ao seu lócus. A identidade urbana e a cidadania coletiva estabelecem níveis de participação e civilidade imprescindíveis à qualidade da cidade para o futuro, devido à necessidade que hoje se encontra, da preservação da memória do lugar de memória, e da preservação da identidade do povo Itaguarino, que vem sendo perdida ao longo do tempo.

4. HISTORIA E IMAGENS

A imagem fotográfica faz parte, hoje, de nosso cotidiano. Vislumbramos imagens da mídia, de propagandas a cada momento. Estas imagens visam trazer-nos certos valores presentes em nossa sociedade de consumo, transmitir idéias, fatos e informações visuais que são manipuladas conforme os interesses de quem as transmitem.

As imagens ou fotografias possuem também outro lado. Utilizada nas ciências humanas, pode transmitir informações preciosas e importantes para aqueles que visitam pela primeira vez, comunidades distantes, locais desconhecidos ou sobre tradições e culturas diferentes, já que permite recompor sentidos com imagens, cenas, de momentos guardados na memória impressa ou pintada, de um povo, de uma cultura, de um local ou de uma sociedade. Rica em detalhes, a fotografia, no entanto, não contempla todas as informações necessárias, sendo então importante o papel do pesquisador neste momento.

Diante deste mundo mágico, de vidas, de lugares, costumes e cotidianos, retratado numa simples folha de papel desenhada com contornos e tinta, analisaremos as imagens fotográficas, como fonte de pesquisa documental, contribuindo ainda mais com a pesquisa e ajudando a trazer à tona fatos, modos, costumes e observações de povo e de uma sociedade, já esquecida em seu tempo, que senão fosse a utilização de fontes iconográficas, poderiam passar por despercebido há apenas analisar documentos escritos, pois a escrita não transmite a vida, deixando de lado um mundo inteiro de detalhes e fontes.

Deste modo, estudiosos como Cardoso; Mauad (1997), afirmam que:

Num período da historiografia quando a máxima seguida era “a história faz-se com textos”, aquela posição não teve maior impacto. No entanto, imbuídos deste caráter generalizados dos testemunhos, Marc Bloch e Lucien Febvre, os fundadores dos Annales, conclamaram em 1929 os historiadores a saírem dos seus gabinetes e farejarem, tal como o ogro da lenda, “a carne humana” em qualquer lugar onde pudesse ser encontrada por quaisquer meios. Para os historiadores que ouviram o apelo de Bloch e Febvre, o texto ganha contornos mais amplos, incluindo toda a produção material e espiritual humana: e preciso trabalhar, “... em suma, com tudo o que, sendo do próprio homem, dele não depende: lhe serve, o exprime, torna significativa a sua presença, atividade, gosto e maneira de ser”. E claro que o que esta permeando esta nova perspectiva documental e uma total transformação da ótica tradicional da história. Não mais uma história do individual, das singularidades de uma época, sintetizada na idéia de uma narrativa dos grandes fatos e dos grandes vultos. O que esta em questão, a partir de então, é o desvendamento das

especificidades de épocas históricas, compreendidas a partir de seu caráter transindividual.

De lá para cá, tanto a noção de documento quanto a de texto continuaram a ampliar-se. Agora, todos os vestígios do passado são considerados matéria para o historiador. Desta forma, novos textos, tais como a pintura, o cinema, a fotografia etc., foram incluídos no elenco de fontes dignas de fazer parte da história e passíveis de leitura por parte do historiador. (CARDOSO; MAUAD, 1997, p.568-569)

Como já dito antes, percebemos uma nova mudança. Os metódicos, ditos “positivistas”, entendiam como fonte apenas os documentos oficiais do governo, trabalhavam a história atrelada aos grandes líderes políticos, desta maneira negligenciavam outras tantas possibilidades documentais de fora do processo de pesquisa, dentre estas, podemos destacar os documentos iconográficos que eram deixados de lado não considerando, com uma fonte de análise documental, usando apenas como mera ilustração e à margem do seu tempo.

Surge, portanto um novo olhar, o saber histórico tomou uma proporção monumental, imagético, ilustrativo, se desprendendo da obrigatoriedade da memorização de datas, nomes e lugares. A história a partir destas mudanças começou a buscar a se adequar, à realidade desta sociedade pós-moderna e traçar novos objetivos, voltados muito mais para a construção da identidade do indivíduo que até então se passara por despercebidos, do que para a construção da identidade nação como outrora.

Sendo assim, o uso da imagem como documento histórico é um dos desafios mais inquietantes para os pesquisadores, que propõe a trabalhá-la. Como fonte documental, como forma de conhecimento do mundo, guardiã da memória e elo de coesão de identidades, como representação da realidade, como elemento fundamental das artes visuais ou como produção cultural advinda do trabalho humano, a imagem participa de um universo sedutor e ambíguo de onde podem ser apreendidos múltiplos significados.

Sem dúvida, a imagem, e especialmente aqui a fotografia, revela muitos fatores com características detalhadas, que a descrição verbal não daria conta. Conforme Cardoso e Mauad, “uma leitura que ultrapasse a avaliação da fotografia como mera ilustração, contudo, ainda se restringe à avaliação iconográfica da foto.” (1997, p.575). A imagem possui uma linguagem própria, e sua compreensão necessita de elementos igualmente próprios para sua melhor culminação

Para trabalhar com imagens, é preciso construir um conceito do que seria este objeto de estudo. A imagem é ampla, pode ser tudo aquilo, que é captada pelos nossos olhos, a nossa própria escrita os números é antes de tudo um símbolo, uma imagem, compreendida e decodificada por nosso cérebro, por isso, deve-se deixar claro que o objeto de estudo desta pesquisa são as imagens icnográficas formadas por pinturas e fotografias, que fogem aos símbolos e códigos dos idiomas escritos e abrangem os significados abstratos que a visão possa trazer, me refiro especificamente a fotografias, vestígios de cultura e memória, deixados pela sociedade humana no tempo.

A fotografia, neste momento, vislumbrou guardar no registro fotográfico, ambos o sujeito e o espaço, até onde fosse possível, dentro do limitado campo da imagem bidimensional e do congelamento do tempo por meio do filme fotográfico. De acordo com Cardoso e Mauad (1997, p.575) “a fotografia assim compreendida, deixa de ser uma imagem retida no tempo para se tornar uma mensagem que se processa através do tempo, tanto como imagens/documento tanto como imagem/monumento”.

Obviamente estudo das imagens registradas revela-se então, um trabalho de lembrança, assim como a dos interlocutores nas entrevistas. Estas lembranças fazem parte do próprio processo da pesquisa. Uma teia se faz ao redor de um registro fotográfico, se analisada sob esta perspectiva, maior que os limites dos cantos físicos, da imagem impressa, se estendendo para além dos registros imagéticos, que a fotografia representa o que permite alcançar, em momentos mais raros, a identificação da memória de dois sujeitos em momentos diferentes.

CONSIDERAÇÕES

Portanto, um dos propósitos estabelecidos foi discutir a relação entre história oral, memória e imagens. A contribuição dessas fontes visuais para o estudo histórico com a finalidade de retratar o cotidiano dos pioneiros de Itaguari nos anos de formação urbana. Hoje o uso desses documentos se torna cada vez mais freqüentes, onde Cardoso e Mauad (1997) afirmam que “agora, todos os vestígios do passado são considerados matéria para o historiador”. (CARDOSO; MAUAD, 1997, p. 573-574)

A imagem fotográfica é um tipo de fonte que tem o poder de nos remeter ao passado e até mesmo de trazer o passado à superfície da atualidade, tornando-se uma imagem documento, ou seja, a mensagem que se processa através do tempo.

Para, interpretação das fotografias, recorreremos a outras fontes documentais historiográficas, com o intuito de situar as imagens no seu contexto, no período focalizado, no caso o processo de formação social e urbana de Itaguari. Através de um processo de leitura intertextual, buscamos ir além da imagem visual, do fenômeno aparente, e tentar, poder reconstruir um pouco da história que lhe dá significado. Desta forma, a fotografia pertence a um conjunto de processos onde ciência, técnica e arte estão imbricadas na criação de um mundo de possibilidades no domínio da imagem.

Assim, o historiador através de um método pode interpretar e extrair com mais precisão as informações que a imagem pode conter, mesmo sabendo que a imagem por essência sempre esconderá alguma interpretação que parte do olhar de cada indivíduo.

Desta maneira, serão feitas buscas em acervos pessoais dos pioneiros de Itaguari e das pessoas que de algum modo estiveram ligados ao surgimento do povoado e formação do município até sua emancipação, com a devida autorização. Pois, estes documentos iconográficos, reforçam a importância da preservação destas memórias. Além do próprio testemunho a partir da história oral, procurando evidenciar suas emoções que vem a tona, junto com as lembranças trazidas pela recordação, registradas naquele determinado momento das fotografias antigas do povo itaguarinense.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Histórias dentro da História*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

CARDOSO, Joaquim Marques (Org.); COUTO NETO, José Eduardo do; JERONIMO NETO, Osmar José. *História de Itaguari: de Campestre a capital da moda íntima*. Goiânia - GO: Editora Scala, 2013.

CARDOSO, Ciro Flamarion e MAUAD, Ana Maria. *História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema*. In. CARDOSO, Ciro F e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, cap. 18, pp. 568-590, 1997.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História Oral – memória, tempo, identidades*. 2ª edição. Belo Horizonte - MG. Editora Autentica, 2010.

Revista Científica FAI. ISSN 2526 – 6225 – Volume 3, Número 1, Ano de 2018/janeiro a junho.

DURHAM, Eunice Ribeiro. *A caminhos da cidade*. 3ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 1984.

DUTRA, Magno Florentino. *Folia mineira de itaguari-go: versos que emanam poder e saber em um ritual do catolicismo camponês*. Cidade de Goiás - GO: Universidade Estadual de Goiás - Unidade Universitária Cora Coralina, 2009.

ERRANTE, Antoinette. *Mas afinal, a memória é de quem? Histórias Orais e Modos de Lembrar e Contar. História da Referências Educação/ASPHE*, Pelotas: Ed. da UFPel, n. 8, p. 140-174, 2000.

FERREIRA, Aurélio B. Holanda. *Mini dicionário Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. 5ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, pp.07-28, dez.-1993.

RAMINELLI, Ronald, *História urbana* In. CARDOSO, Ciro F e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Editora: Campus, cap. 7, pp.185-202, 1997.

SAAD, Celiana Leite De Sousa Pacheco. *Itapirapuã: a memória do cotidiano de uma geração que fotografava*. Cidade de Goiás - GO: Universidade Estadual de Goiás - Unidade Universitária Cora Coralina, 2010.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral*. Rio de Janeiro: Editora: Paz e Terra, 1992.